

Preços e Comercialização do Café no Vale do Paraíba Paulista: Bananal em Inícios do Século XIX*

Renato Leite Marcondes**

José Flávio Motta***

Sumário: 1. Introdução; 2. A comercialização do café produzido: exportação *versus* vendas “na terra”; 3. Preços do café, tamanho dos plantéis de escravos e quantidades produzidas da rubiácea; 4. Considerações finais.

Palavras-chave: cafeicultura; preços; economia cafeeira; economia da escravidão; história econômica do Brasil; acumulação.

Código JEL: N56.

Este artigo estuda os diferenciais nos preços de venda do café, conforme constam das listas nominativas dos habitantes de Bananal, SP, nas décadas de 1810 e 1820. Os preços médios do café exportado eram mais elevados do que os do comercializado “na terra”, diferencial que cresce nos anos 1820, à medida que as vendas na própria localidade perdem importância relativa. Os cafeicultores com mais escravos e os produtores das maiores quantidades – atributos altamente correlacionados – não vendiam seu café “na terra”. Já os pequenos agricultores desfrutavam de menores facilidades relativas de acesso ao mercado de exportação, embora muitos deles também participassem, mediante preços que em geral não se distinguem estatisticamente dos alcançados pelos maiores cafeicultores. Não obstante, o predomínio destes últimos naquele mercado estimulava um processo de concentração de renda, fundado na lavoura cafeeira e alimentado pelas possibilidades distintas de reinversão de recursos na atividade.

This paper studies differentials in coffee sales prices as registered in manuscript censuses for Bananal (SP) in the 1810s' and 1820s'. Exported coffee had higher average prices than coffee sold locally (“na terra”); this differential rises in the 1820s' as local sales lose relative weight. The coffee planters with larger slaveholdings and the major coffee producers – highly correlated attributes – did not sell their coffee locally. Small planters had less relative facility of access to export market, although many of them participated as well, with prices generally not statistically different from those obtained by major planters. Nonetheless, the latter's predominance in that market stimulated a process of income concentration based on coffee planting and nurtured by different capacities of reinvesting resources on that economic activity.

* Artigo recebido em nov. 1995 e aprovado em jan. 1999.

** Doutor em economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP).

*** Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP).

1. Introdução

Os principais estudos sobre preços no Brasil versando sobre os períodos colonial e imperial foram fundamentais para o entendimento da tendência ao longo do tempo e das oscilações do nível geral de preços. Entre tais trabalhos, salientam-se os de Lobo (1971) – pioneiro na mensuração do índice de preços na cidade do Rio de Janeiro –, Johnson Jr. (1973) e Mattoso (1973). Os três autores basearam-se principalmente em informações das Santas Casas de Misericórdia e de diversas ordens religiosas das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, as quais permitiram análises do comportamento dos preços no decurso de largos períodos.¹ Contudo, tais fontes não possibilitam lançar luz alguma sobre como se comportavam os preços dos bens em meio ao processo de comercialização, com a distinção entre os preços das regiões produtoras e aqueles vigentes nos mercados consumidores, como eram os casos de Salvador e Rio de Janeiro no que se refere aos produtos agrícolas. Tampouco se avança no sentido da análise dos diferenciais de preços obtidos por distintos produtores mediante a venda de um mesmo produto.

Neste artigo estar-se-á trabalhando com os preços referentes à venda do café, tal como informados nas listas nominativas dos habitantes da localidade vale-paraibana paulista de Bananal, particularmente as atinentes aos anos de 1814, 1816, 1822, 1825, 1828 e 1829.² O período contemplado corresponde à etapa de estabelecimento da cafeicultura na região, disseminando-se por parte significativa dos domicílios da localidade estudada e, ao longo da terceira década do século XIX, caminhando decididamente no sentido de uma agricultura de *plantation*. De fato, em 1829, dos 420 domicílios que compunham as duas companhias de ordenanças da Vila de Areias atinentes a Bananal, 219 (52,1%) produziam café. De outra parte, das 47.130 arrobas da rubiácea produzidas em 1829 em Bananal, 38.318 arrobas (81,3%) eram

¹ Cabe ressaltar que os informes constantes de tais fontes documentais, como sabido, podem não refletir de maneira adequada os preços efetivamente observados nessas praças.

² A localidade estudada situa-se próxima à divisa com o Rio de Janeiro. Até 1816, a freguesia do Senhor Bom Jesus do Bananal correspondia à 6^a Companhia de Ordenanças da Vila de Lorena. Esta vila abrangia também os povoados de Areias (4^a e 8^a Companhias) e Queluz (3^a Companhia). A partir de 1817, algumas dentre as Companhias de Lorena – as referentes a Areias, Queluz e Bananal – foram desmembradas, passando Bananal a integrar a 4^a Companhia da Vila de Areias.

de domicílios em que havia 10 ou mais escravos; em tais domicílios, ademais, viviam 81,5% dos cativos existentes na localidade.³

A riqueza da documentação compulsada, que se encontra depositada no Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), permitirá um enfoque distinto do perfilhado nos estudos de Lobo, Johnson Jr. e Mattoso, já citados. Assim, não se objetivará a construção de um índice de preços, mas sim preocupar-se-á com o exame das diferenças observadas entre os preços das vendas do café efetuadas pelos diversos agricultores. Mais especificamente, trabalhar-se-á com uma amostra da população de Bananal, composta pelos indivíduos que, ao menos em um dos anos selecionados, produziram café.⁴

As aludidas diferenças de preços serão enfocadas em duas etapas. Primeiramente (seção 2), serão enfatizadas as diferentes maneiras pelas quais os produtores da rubiácea integravam-se ao processo de comercialização, alguns destinando sua produção para exportação – mais comumente enviando seu café para a Corte do Rio de Janeiro –, outros vendendo seu café na própria localidade (“na terra”). Essa distinção, evidentemente, explicar-se-á, em boa medida, pelos maiores custos incorridos na exportação. Por outro lado, observar-se-á que a distribuição dos cafeicultores entre os exportadores e aqueles voltados ao mercado local refletia a grande desigualdade existente entre eles. De fato, alguns não eram escravistas e outros detinham mais de 50 cativos; alguns colhiam menos de 10, enquanto outros atingiam uma produção de mais de mil arrobas.

Não obstante, a remessa da rubiácea para o Rio de Janeiro, a Ilha Grande ou Mangaratiba – estes os três destinos do café exportado aos quais se fez menção na documentação compulsada – não se tornou prerrogativa exclusiva dos agricultores de maior porte. Assim sendo, define-se a segunda etapa da análise empreendida neste artigo (seção 3): buscar-se-á avaliar em que medida as referidas desigualdades presentes entre os cafeicultores, aquilatadas medi-

³ Para os dados fornecidos neste parágrafo, ver Motta (1990:38) e Motta & Nozoe (1994:308-10 e 319). A rápida disseminação da cafeicultura é atestada quando se observa que, “(...) na lista correspondente a 1799, por exemplo, consigna-se a exportação de 39 arrobas de café da Vila de Lorena, sendo nove delas produzidas na 6^a Companhia de Ordenanças, isto é, Bananal” (Motta, 1988:77).

⁴ O procedimento adotado na coleta de dados foi o seguinte: tomando-se de início a lista nominativa de 1829, abriram-se fichas para o registro dos dados atinentes a todos os produtores de café àquele ano. Em seguida, compulsando-se as demais listas nominativas (1828, 1825, etc.), foram procurados e colhidos os informes daqueles mesmos indivíduos – cafeicultores em 1829 – e, ao mesmo tempo, adicionados à amostra todos os demais cafeicultores identificados a cada ano, para os quais se iniciou procedimento correlato de coleta.

ante o cômputo do número de cativos que detinham e das quantidades de café por eles produzidas, punham-se como elementos condicionantes das diferenças de preços verificadas quando se examinam tão-somente as transações concernentes à exportação.⁵

As três variáveis contempladas afetavam os ganhos de cada cafeicultor e, por essa via, condicionavam as possibilidades postas a cada um deles no que diz respeito ao processo de acumulação. Concomitantemente, as mesmas variáveis – a venda do café para fora da localidade ou “na terra”, a posse de maior ou menor número de escravos e a produção de um maior ou menor volume de café – punham-se como resultantes da acumulação previamente realizada, eventualmente na própria lavoura cafeeira.⁶

2. A Comercialização do Café Produzido: Exportações *versus* vendas “na Terra”

A tabela 1 traz o número de vendas de café informadas nas listas nominativas de Bananal, bem como os preços médios do produto, segundo o des-

⁵ *Afasta-se, por conseguinte, dos estudos em que se procede a um mero acompanhamento de preços ao longo do tempo, amiúde fundado em uma média dos ditos preços, sem a consideração das diferenças mencionadas. É o caso, por exemplo, de Taunay (1939:131-2 e 195-6, v. 2), Rangel (1990:383 e 410) ou mesmo Marcondes (1992, apêndice estatístico). Adicionalmente, ao passo que se privilegiam esses condicionantes da diferenciação verificada nos preços do café, cabe referir que implicitamente se supõe que a sazonalidade da produção não está a imprimir variações significativas nos preços recebidos pelos produtores. Mais ainda, no que respeita às diferenças de qualidade do produto, é plausível admitir que elas, ao menos em certa medida, estejam correlacionadas com os condicionantes em tela. Ambas as variáveis mencionadas – sazonalidade e qualidade – não são passíveis de mensuração com base na documentação utilizada.*

⁶ *Em estudo anterior (Motta & Nozoe, 1994), em que se utilizaram as mesmas fontes documentais compulsadas neste artigo, os autores debruçaram-se sobre o processo de acumulação vivido pelos cafeicultores de Bananal no período de 1799 a 1829. Trabalhando com uma amostra formada pela totalidade dos indivíduos que produziam café no último dos anos referidos e acompanhando sua trajetória desde fins do século XVIII, Motta & Nozoe detectaram a ocorrência de ritmos diferenciados de acumulação, medida fundamentalmente pela magnitude da escravaria possuída. Dessa forma, anteriormente à difusão do cultivo da rubiácea na região – ocorrida em torno da segunda década do século XIX –, punha-se como fator crucial a condicionar as possibilidades de acumulação em cativos a realização de parcela da produção – ainda que na maior parte dos casos não sistemática – no mercado, mediante a comercialização de gêneros tais como toucinho, fumo, açúcar ou aguardente. Posteriormente, a participação no cultivo da rubiácea – produto por excelência destinado à exportação – passou a colocar-se como elemento fundamental de estímulo ao processo de acumulação. Por fim, à medida que a lavoura cafeeira generalizava-se na localidade estudada, o “porte econômico” de cada cafeicultor, vale dizer, o tamanho de seu plantel de escravos, assumiu o papel de fator de diferenciação no que respeita ao processo de acumulação, mormente tendo em vista que a produção cafeeira passava a ser amplamente dominada pelas maiores unidades produtivas. É a partir desse artigo de Motta & Nozoe, cabe salientar, que se esboça o objeto da análise ora empreendida.*

tino dado à produção cafeeira de cada unidade produtiva.⁷ Esses preços, de cuja distribuição apresentam-se também os valores dos desvios-padrão, são fornecidos para os seis anos selecionados. Observa-se que o café bananalense vendia-se “na terra”, era exportado para a Corte, para a Ilha Grande ou para Mangaratiba. Ademais, explicitam-se os casos em que não constava da documentação compulsada o destino da produção vendida.

A consideração da variável “destino dado à produção” evidencia, de imediato, que a distribuição dos preços apresenta, para os anos de 1814, 1816, 1828 e 1829, uma separação nítida em dois planos: o superior, com os preços médios do café vendido para o município do Rio (a Corte) e, assumindo magnitudes muito próximas, aqueles do produto exportado para a Ilha Grande ou Mangaratiba; e o inferior, com os preços do café comercializado na própria localidade (“na terra”).⁸ Para os anos de 1822 e 1825, essa distinção vê-se comprometida tendo em vista o informe da transação amiúde não explicitar o destino da venda do café.

Adicionalmente, percebe-se que, com o passar do tempo, diminui a participação relativa das vendas “na terra” no total de transações. Em 1814, tal participação era da ordem de 40,5% e, em 1816, 21,1%. Ao final dos anos 1820, os percentuais correlatos alçavam-se a 10,9% em 1828 e a 14,1% em 1829.⁹ Observa-se também que, nestes dois últimos anos, tornou-se maior a diferença entre os preços médios obtidos com a venda “na terra” em relação à exportação para a Corte. Assim, em 1814, o preço médio “na terra” correspondia a 53,2% daquele verificado nas vendas para o Rio, proporção que se eleva a 60,4% em 1816 e diminui para 48,5% em 1828 e 45,7% em 1829.

⁷ Observa-se que o informe das vendas foi, com uma só exceção, em 1828, único para cada um dos fogos de Bananal, razão pela qual o número de transações, para todos os demais anos, iguala-se ao número de domicílios que comercializaram o café, sendo ambos os entendimentos utilizados indistintamente no texto. A exceção aludida trata-se do fogo de Luciano José de Almeida, que, no referido ano de 1828, vendeu parte de sua produção de café (1.500 arrobas) para o Rio de Janeiro (a 3\$200 réis por arroba) e parte (outras 1.500 arrobas) para a Ilha Grande (a 2\$900 réis).

⁸ Quando se aplica o teste de análise de variância (Anova) é rejeitada a hipótese de igualdade das médias dos preços do café vendido para o Rio, Ilha Grande/Mangaratiba e “na terra”, para os anos de 1814, 1816, 1828 e 1829. Utilizou-se apenas um fator e compararam-se as médias dos preços a um nível de significância de 5%, obtendo-se os seguintes resultados: 1814 - F calculado = 659,71, F crítico = 4,12; 1816 - F calculado = 9,09, F crítico = 3,63; 1828 - F calculado = 66,47, F crítico = 3,05; 1829 - F calculado = 176,36, F crítico = 3,05.

⁹ Esses dois últimos valores percentuais foram calculados desconsiderando-se, no total das transações, aquelas para as quais não se definiu o destino da venda. Levando-se em conta inclusive as transações referidas, tais percentuais reduzir-se-iam para 10,7 e 11,7%, respectivamente, em 1828 e 1829.

Tabela 1
Preços Médios do Café Segundo Destino Dado à Produção
(Bananal, 1814/29; réis por arroba)

Anos	Destino dado à produção							
	Para o Rio		Para a Ilha Grande		"Na terra"		Vendeu ^a	
	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio
1814	22	2\$368	—	—	15	1\$259	—	—
DP		(121,1)				(140,1)		
1816	13	1\$886	2	1\$520	4	1\$140	—	—
DP		(349,4)		(113,1)		(161,7)		
1822	2	5\$200	—	—	—	—	149	5\$195
DP		(0)						(2,7)
1825	87	2\$977	—	—	—	—	111	2\$807
DP		(173,7)						(5,1)
1828	97	2\$407	59 ^b	2\$350	19	1\$168	3	1\$093
DP		(500,5)		(360,9)		(237,2)		(93,3)
1829	72	2\$637	68	2\$621	23	1\$205	34	1\$942
DP		(219,2)		(300,2)		(398,4)		(108,2)

Nº = número de transações; DP = desvio-padrão da distribuição dos preços.

^a Apenas indicada a venda, sem o informe do destino da produção; ^b Inclui uma venda para Mangaratiba.

Embora as informações de 1825, disponíveis para Bananal, não permitam, como visto, a comparação dos preços médios do café vendido consoante sua destinação, é possível recorrer à lista nominativa da vizinha povoação de Lorena. Nesta localidade, as vendas do produto para o Rio (seis casos) foram efetuadas mediante um preço médio de 3\$067 réis por arroba (desvio-padrão de 34,6). De outra parte, as vendas concretizadas na própria localidade (14 casos) atingiram um preço médio de 1\$331 réis (desvio-padrão de 192,4).¹⁰

¹⁰ O teste estatístico (teste *t*, unicaudal, nível de significância de 5%) efetuado para as diferenças entre os preços médios, observados em 1825, das vendas para o Rio e na própria localidade de Lorena, apresentou os seguintes resultados: *t* calculado = 25,95, *t* crítico = 1,75.

A explicar as diferenças verificadas nos preços de venda do café há que considerar, antes do mais, as distinções decorrentes do maior custo de transporte incorrido quando da exportação para o Rio de Janeiro ou Ilha Grande/Mangaratiba. Uma primeira aproximação aos elementos que compunham o aludido custo pode ser feita mediante a consideração do documento abaixo reproduzido, transcrito originariamente em Queiroz (1969):

"DOCUMENTO Nº 13

Conta de venda e líquido rendimento de vinte e sete saccas, com Café e Guia, que de Lorena me consignou o Snr. Joaquim José Moreira Lima, para dispôr por conta do Sr. Capitam Mor Manoel Pereira de Castro, vindos de Paraty pelo barco S. Francisco e de Mestre José Martins Barbosa e por intervenção de Francisco Antonio Pereira Lisbôa, a saber:

27 saccas com 12 arrobas e 13 alq. de Café de 1ª	
novo a 3750	455\$272
Guia	<u>14\$560</u>
	469\$832

A deduzir

Frete por arroba 140	16\$996
Carreto por sacco 40	1\$080
Dízimo pela guia	
Despeza ao ditto	
Comissão de venda 3%	<u>14\$094</u> <u>32\$170</u>

Líquido creditado em conta do mesmo Sr. Lima Rs. 437\$662

Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1840.

As. Benjamin José Dias" (Queiroz, 1969:293).¹¹

O capitão-mor Manoel Pereira de Castro, por intermédio de seu genro Joaquim José Moreira Lima, ambos habitantes de Lorena, vendeu seu café no Rio de Janeiro no ano de 1840.¹² Pode-se supor que as características

¹¹ Cabe observar que o número declarado de arrobas, conforme transcrito em Queiroz (1969), decerto está subestimado. A divisão do valor total do frete pelo frete informado por arroba indica que a quantidade correta montava a pouco mais de 120 arrobas. Este último número é corroborado pela divisão do valor total das 27 sacas de café pelo preço da arroba, igual a 3\$750 réis.

¹² Joaquim José Moreira Lima foi um grande comerciante de Lorena. Segundo Motta Sobrinho (1968:37-8 e 43-4), o patrimônio de Moreira Lima alcançava alguns milhares de contos quando do seu falecimento, ocorrido em 1879, sendo que um de seus filhos obteve o título de conde. Tamaña riqueza foi acumulada na intermediação e no financiamento do cultivo e da comercialização do café.

definidoras da comercialização do produto em tela, as quais parcialmente se inferem da correspondente “conta de venda e líquido rendimento”, não seriam, àquele ano, significativamente distintas das prevalecentes no período contemplado por este artigo. Dessa forma, vê-se que a despesa do cafeicultor com a emissão da guia necessária à exportação de seu café para o Rio era totalmente repassada ao valor final da venda.¹³ Ademais, o frete e o carroto perfaziam, respectivamente, cerca de 3,7% (\$140 réis) e 1,1% (\$40 réis) do preço alcançado pela arroba do café (3\$750 réis). Já a comissão de venda, de 3% sobre os valores do “café e guia”, correspondia a aproximadamente 3,1% do preço da arroba de café. Em suma, frete, carroto e comissão representavam um percentual inferior a 8% do valor auferido com a venda do café.

Proporção análoga é observada, em inícios da década de 1860, nas transações efetuadas pela fazendeira Ana Pereira de Melo, moradora em Resende, na província do Rio de Janeiro. Como referido em Whately (1987:22),¹⁴ “O comissário que recebia o café no Rio de Janeiro enviava ao produtor uma nota de venda onde se encontravam todas as despesas feitas (frete, carroto para o armazém no Rio, comissões e, ainda, os suprimentos, isto é, as compras que o comissário fazia no Rio a pedido do fazendeiro). Acompanhando as notas de venda recebidas pela fazendeira Ana Pereira de Melo no ano de 1861, pode-se verificar que nem sempre as partidas de café eram mandadas ao mesmo comissário. O café era enviado de 15 em 15 dias, mais ou menos, em pequenas partidas. No caso de d. Ana, numa nota de venda de 14 de dezembro de 1861, remetida pelo Comissário Furquim & Irmãos, no Rio de Janeiro, este presta as seguintes contas:

100 arrobas a 6\$500 a arroba	650\$000
Frete por arroba (160)	16\$500
Carreto por arroba (25) até o armazém do comissário	2\$500
Comissão de 3% paga ao comissário	19\$500
	611\$500”

¹³ Provavelmente tratava-se da guia do imposto recolhido nas “barreiras”, alfândegas secas. Como descrito por Lucinda Coelho, “o transporte do café passava por fases complicadas. Da fazenda ao pouso (mais tarde à estação), feito em carroças, carros de boi ou tropas de muare; do pouso, após passar pela inspeção nas barreiras e pagar direitos de que recebia a ‘guia’, seguia para os portos de embarque. (...) Quase sempre as guias não eram bem feitas, causando confusões e sérias dificuldades quando chegavam aos intermediários ou às Casas Comissárias de exportação” (Coelho, 1984:59).

¹⁴ Observa ainda Whately sobre d. Ana Pereira de Melo: “Esta fazendeira exportava então, em 1861, anualmente, pouco mais de duas mil arrobas” (Whately, 1987:32, nota de rodapé nº 12).

Nota-se, pois, que os elementos do custo até aqui reportados não poderiam ser responsabilizados pela totalidade das diferenças de preços verificadas entre as vendas segundo o destino dado à produção. De outra parte, é plausível supor que os custos incorridos pelos cafeicultores que exportavam seu café não se limitavam àqueles acima descritos. Ao que tudo indica, as parcelas de custo deduzidas nas notas de venda acima reproduzidas referem-se às despesas tidas com o produto entre um ponto no litoral (Parati no primeiro caso e, provavelmente, Ariró no segundo) e o porto do Rio de Janeiro.¹⁵ Às ditas parcelas, por conseguinte, dever-se-ia somar o custo do transporte de Lorena a Parati, ou de Resende a Ariró. É possível que alguns dentre os cafeicultores possuíssem tropas de muares utilizadas nesse trajeto; outros necessariamente teriam de fazer uso de tropas de terceiros. Esses animais poderiam ser de propriedade de tropeiros, dedicados de maneira exclusiva a essa atividade, ou mesmo de outros cafeicultores.¹⁶

A presença de tropeiros é evidenciada, por exemplo, em Silveira (1936). Servindo-se da lista nominativa dos habitantes de outra localidade vale-paraibana paulista – Guaratinguetá –, em 1825, o autor identificou cinco domicílios com tropas de bestas de aluguel no caminho para as vilas de Parati e Resende e a cidade do Rio de Janeiro. Dois tropeiros viviam exclusivamente desta atividade, enquanto os demais estavam envolvidos igualmente com outras ocupações. O valor informado do aluguel pouco variou: em quatro casos era de 2\$400 réis por animal, alçando-se a 2\$500 réis no quinto. Da documentação referida constam os seguintes informes, aqui reproduzidos a título ilustrativo, atinentes a um entre os cinco domicílios em tela: “José Cordeiro [da Silva Guerra, natural de Minas] tem 2 lotes de bestas a 7 cada lote transporta para a vila de Paraty distrito da corte do Rio de Janeiro, e vila de Resende; seus alugueis é a 2\$400 cada uma, tem um carro com 4 juntas de bois trabalha com a tropa com 2 escravos e um livre” (Silveira, 1936:99-100).

¹⁵ De fato, tomando-se uma vez mais o exemplo de Lorena, do Documento nº 16 (“conta de venda” de 1º de abril de 1845), transcrito por Carlota P. de Queiroz, consta o informe de que o café produzido por Manoel Pereira de Castro chegara a Parati “por sua conta e risco”; do Documento nº 15 (“conta e venda e líquido producto” de 12 de março de 1844) o informe sobre o carreto é complementado pela expressão “para caza”, indicando o transporte do porto do Rio de Janeiro para algum edifício na cidade (Queiroz, 1969:293-4).

¹⁶ Assim, por exemplo, escreve Veiga de Castro, referindo-se a uma exportação de café realizada a partir da localidade paulista de Capivari: “Em 1851 já o Major Manuel Bernardino remetia café para Santos, consignado ao Snr. João Otávio Nébias, conduzido pelo tropeiro Fortunato, e vendido à razão de 3\$500 por arroba” (Castro, 1944:36).

De fato, a importância da tropa de muares é atestada de maneira inequívoca pelo Barão de Pati do Alferes, na primeira edição – de 1847 – de sua *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*: “Ainda na nossa província se fazem todos os transportes às costas de bestas, e nelas se conduzem milhões de arrobas de café (...). Está pois demonstrado que sem tropa não se pode ser fazendeiro de serra acima; custa ela não pouco a ser montada, e a custo de uns poucos de contos de réis. Seu custeio traz a despesa diária de meia quarta de milho por besta, de imensa ferragem, de couros, sola, capim, esteiras e bornais. Cada lote consta de sete bestas que conduzem regularmente 56 arrobas de peso, e que demandam um tocador, além do arreador e seu ajudante, e que não pouco dão que fazer ao dono com suas exigências e disparates, por ser (infelizmente) quase toda esta gente da ínfima plebe. Lembro-me de me dizer meu sogro uma vez: – Tenho governado mais de mil escravos, dirigido muitos trabalhadores forros, mas nada me tem dado que fazer como o camarada da tropa” (Werneck, 1985:82-3).

O dispêndio com esse transporte terrestre seria, provavelmente, superior ao custo incorrido com os fretes marítimos. Segundo um articulista do jornal *O Astro Resendense*, em 27 de outubro de 1872, “o preço do transporte feito por animais desta cidade e freguesia [Resende-RLM/JFM] para um ponto do litoral, isto é, Ariró, Jurumirim, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Pavuna, era nos últimos tempos de 800 réis a um mil réis por arroba de gênero de exportação, e de 500 a 700 réis para os gêneros de importação” (Whately, 1987:28). Procedendo a um mero exercício aproximativo, e desconsiderando-se as eventuais variações ocorridas no nível geral de preços, este custo informado para 1872 corresponderia a cerca de 12,3 a 15,4% do preço do café vendido pela fazendeira d. Ana Pereira de Melo em 1861 (6\$500 réis por arroba), ano em que as demais despesas (frete, carroto e comissão) perfizeram pouco menos de 6% do mesmo preço. Vale dizer, *grosso modo*, o custo de comercialização do café (transporte e comissão) totalizaria entre um sexto e um quarto do preço de venda no terceiro quartel do século XIX. Por conseguinte, os custos diferenciais do cafeicultor que exportava sua produção permaneceriam, assim se crê, em patamares insuficientes para explicar as grandes variações dos preços. Assim, por exemplo, na década de 1820 em Bananal, a venda para o Rio atingia preços médios que eram superiores ao dobro daqueles obtidos nas transações feitas na própria localidade (conforme observado na tabela 1).

À medida que a rubiácea se firmava como gênero de exportação, isto é, à medida que a cafeicultura se revelava como um ramo rentável integrado ao comércio internacional, ocorria a sua generalização na economia bananalense. Esses dois movimentos acarretaram, de um lado, o caráter privilegiado do mercado externo como local de destino da produção cafeeira e, de outro, a natureza restrita do mercado local de café. Em outras palavras, as vendas “na terra” foram-se tornando, ao longo do tempo, ao que tudo indica, cada vez mais residuais, feitas por indivíduos que se colocavam, regra geral, na margem da lavoura cafeeira. Não fossem eles produtores “marginais” de café, a sua produção decerto seria remetida para fora da localidade. Essa não-vinculação ao mercado de fato significativo, frise-se, poderia refletir os desejos dos agricultores em questão ou, alternativamente, a impossibilidade de sua inserção naquele circuito mercantil, impossibilidade esta ditada, eventualmente, pelos diminutos recursos por eles possuídos.

Por outro lado, as vendas “na terra” poderiam significar igualmente a subordinação dos cafeicultores de menor porte à figura de um intermediário mercantil adicional, este sim inserido no circuito comercial de exportação. Saint-Hilaire, por exemplo, informa ter encontrado em Areias, em 1822, um jovem francês, proprietário de uma venda, que intermediava a exportação do café produzido por pequenos agricultores: “Relatou-me que nascera em São Domingos (Haiti), passara a infância nos Estados Unidos (...). Adquire café aqui para o revender no Rio de Janeiro e a venda oferece meios de comprá-lo barato. Particulares de poucos recursos, negros, mulatos, abastecem-se de gêneros na sua venda, não o pagam e exoneram-se dando-lhe na época da colheita café por muito bom preço” (Saint-Hilaire, 1974:101).

A aludida distinção entre os dois mercados vê-se corroborada quando se observam os dados fornecidos nas tabelas 2 e 3. Delas faz-se constar, para 1828 e 1829, a distribuição percentual das vendas de café consoante o destino dado à produção (vendas “na terra” ou exportações) e de acordo com o número de escravos possuídos pelos cafeicultores de Bananal (tabela 2) ou as quantidades da rubiácea por eles vendidas (tabela 3). Verifica-se que, em ambos os anos considerados, cerca de quatro quintos das vendas realizadas na própria localidade foram-no por cafeicultores que não eram proprietários de cativos.¹⁷ Em

¹⁷ Os dois únicos casos de venda “na terra” por parte de escravistas com mais de nove cativos, apresentados na tabela 2 (um ocorrido em 1828 e o outro em 1829), referem-se ambos ao agricultor José Joaquim da Silva Reis, possuidor de 12 escravos e que exportou 60 arrobas de café para o Rio, cifras que se repetem nos dois anos em questão.

1828, ademais, a totalidade dessas transações foi efetivada por agricultores cuja produção da rubiácea não atingiu a marca das 100 arrobas, proporção que se mantém extremamente elevada no ano subsequente (95,7%).¹⁸ De outra parte, também nos dois anos em tela, cafeicultores escravistas cujos plantéis eram formados por 30 ou mais cativos não participavam em qualquer medida do mercado local de café. No que respeita às quantidades produzidas, observa-se que alocavam sua produção exclusivamente para exportação todos os cafeicultores que colhiam mais de 100 arrobas da rubiácea.

Tabela 2
Distribuição Percentual das Transações de Acordo com o
Número de Escravos Possuídos pelos Cafeicultores e Segundo
Destino Dado à Produção (Bananal, 1828/29)

Número de escravos possuídos	Vendas "na terra" (%)	Exportações (%)
• 1828		
zero	78,9	21,8
1 a 9	15,8	47,4
10 a 29	5,3	21,8
30 a 49	—	3,2
50 ou mais	—	5,8
Total	100,0	100,0
• 1829		
zero	78,3	24,3
1 a 9	17,4	45,7
10 a 29	4,3	19,3
30 a 49	—	2,1
50 ou mais	—	8,6
Total	100,0	100,0

Obs.: Nessa distribuição percentual não foram consideradas as transações para as quais a informação de venda não era acompanhada, na lista nominativa, da explicitação do destino dado à produção.

¹⁸ A única transação concretizada em 1829 na própria localidade e fora da primeira das faixas consideradas de quantidades foi a venda de 100 arrobas do café colhido por Manoel da Silva Valim, proprietário de um plantel composto por nove escravos.

Tabela 3
Distribuição Percentual das Transações de Acordo com as
Quantidades de Café Vendidas pelos Cafeicultores e Segundo o
Destino Dado à Produção (Bananal, 1828/29)

Quantidades de café vendidas (em arrobas)	Vendas “na terra” (%)	Exportações (%)
• 1828		
Menos que 100	100,0	51,9
De 100 a 499	—	35,3
500 ou mais	—	12,8
Total	100,0	100,0
• 1829		
Menos que 100	95,7	56,4
De 100 a 499	4,3	29,3
500 ou mais	—	14,3
Total	100,0	100,0

Obs.: Nessa distribuição percentual não foram consideradas as transações para as quais a informação de venda não era acompanhada, na lista nominativa, da explicitação do destino dado à produção.

Assim sendo, grandes escravistas e produtores de maiores quantidades de café não transacionavam “na terra”. A esta verificação alia-se, dando fundamento ao caráter restrito e residual do mercado local da rubiácea, o fato de que as exportações eram efetuadas por cafeicultores quer fossem ou não proprietários de cativos e que produzissem muitas ou poucas arrobas da rubiácea. Ainda com base nas tabelas 2 e 3, observa-se que entre um quinto e um quarto das transações de café visando à exportação, em 1828 e 1829, envolveram produtores não-escravistas; outrossim, mais da metade de tais transações – 51,9% em 1828 e 56,4% em 1829 – foram realizadas por cafeicultores que produziam menos de 100 arrobas de café.

Nesse contexto, considerando-se uma vez mais a tabela 1, é digno de nota que, ao longo do período sob análise e, portanto, à medida que se disseminava a cafeicultura em Bananal, mostram-se crescentes os valores calculados dos desvios-padrão das distribuições dos preços de venda do café. Dito de outro modo, multiplicavam-se as transações, em especial aquelas que implicavam a exportação do produto; concomitantemente, para um mesmo destino dado à produção, ampliava-se o elenco de preços praticados.

3. Preços do Café, Tamanho dos Plantéis de Escravos e Quantidades Produzidas da Rubiácea

A hipótese objeto de discussão nesta seção é a de que a magnitude da participação do cafeicultor no mercado cafeeiro – além da mera disparidade de custos de comercialização – estaria influenciando nos diferenciais de preços verificados. Tal magnitude poderia ser aferida, de um lado, pelas diferentes quantidades colhidas de café e, de outro, pelo porte econômico dos cafeicultores, este último avaliado tomando-se por *proxy* o tamanho dos plantéis de escravos. Vale dizer, uma participação mais significativa no mercado eventualmente se traduzisse em maior capacidade de lidar com os custos de comercialização mais elevados envolvidos na exportação do café colhido. De outra parte, diferentes participações no mercado cafeeiro, verificadas entre indivíduos que se assemelhassem por enviarem seu café para a Corte, quiçá se refletissem, não apenas na referida possibilidade de minimização de custos, mas também em relações diferenciadas com as casas comissárias. Dessa forma, ainda que se defrontando, cada cafeicultor individualmente, na praça do Rio de Janeiro, com preços dados do café destinado à exportação, os maiores dentre eles poderiam amealhar maior quinhão dos ganhos que, no caso dos produtores de menor porte, permaneceriam em mãos do intermediário comercial.

Antonio de Queiroz Telles, na edição comemorativa do segundo centenário da introdução da rubiácea no Brasil, assim descreveu o processo de comercialização do café destinado à exportação: “o sistema geral de venda do café no estado de São Paulo, desde os mais remotos tempos a que nos chega a tradição era, depois de transportado o produto ao porto de mar, consigná-lo a um comerciante que, por uma comissão sobre o valor da venda, transferia-o a um exportador, que por sua vez, o colocava no mercado consumidor. (...) O lucro que auferiam os comissários nesse negócio parece ter sido sempre a comissão de 3% que até hoje [1934-RLM/JFM] tradicionalmente vigora em Santos” (Telles, 1934:465).

A descrição do processo de comercialização aludido vê-se complementada, no mesmo volume comemorativo, mediante a reprodução da narrativa de um antigo comissário do Rio de Janeiro publicada em *O Jornal*: “O comissário recebia o café do interior. Adiantava dinheiro ao fazendeiro, representando em face do produtor o papel de banqueiro. O fazendeiro, além dos juros que variavam entre 9 e 12% [ao ano-RLM/JFM], pagava ao comissário uma comissão

de 3% como, de resto, acontece ainda hoje. O café chegava-lhe em consignação do interior (...) ou entre o Rio e os portos do sul, como Mangaratiba, Angra dos Reis, Jurumirim, Ariró, Parati, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba, Vila Bela" (*O Jornal*, 1934:543).

O conflito implícito nas relações comerciais do negociante com o produtor, ainda que não especificamente atinentes à cafeicultura, é ilustrado por Riva Gorenstein em seu estudo acerca do enraizamento dos interesses mercantis portugueses – em especial no que respeita aos negociantes de *grosso trato* – no Rio de Janeiro entre 1808 e 1822: "(...) verificamos que o lucro usual do negociante consignatário era de 1 e 1/2% sobre o valor total da venda caso esta fosse efetuada imediatamente, subindo para quase 5% no caso de demora e fornecimento de um adiantamento sobre as vendas ao produtor. No entanto, é preciso considerar que o fazendeiro não tinha meios de fiscalizar o seu agente, já que lhe entregava as mercadorias sem condições de preço definidos. O negociante podia alegar ao produtor existir um desequilíbrio no mercado pela diminuição da procura ou então pagar ao produtor o preço do dia e estocar por conta própria a mercadoria, pressionando o mercado no sentido da alta. Acreditamos que na prática o lucro do intermediário devia variar entre 10 e 15% do valor real dos gêneros que comercializava" (Gorenstein, 1978:48).¹⁹

No caso da cafeicultura, é bastante plausível supor que se reproduzia este espaço de disputa entre negociantes e produtores. Igualmente plausível – e este é, repita-se, o ponto a ser aqui averiguado – a sugestão de que um cafeicultor de maior porte, possuidor de dezenas de escravos e exportador de milhares de arrobas da rubiácea, ver-se-ia mais bem posicionado na aludida disputa do que um seu vizinho não-escravista e produtor de poucas dezenas

¹⁹ As observações de Gorenstein são derivadas da análise do anúncio publicado, aos 21 de maio de 1810, pela firma Hoffman & Cia. no jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, a seguir transcrito: "Sobre as vendas, o vendedor pagará 1% de corretagem sobre o valor total da venda e 1/2% do mesmo valor, de aluguel do armazém. As despesas de condução, arrumação, benefício da mercadoria correm por conta dos vendedores (...) Querendo o proprietário receber algo por conta da mercadoria a ser vendida, os ditos corretores adiantam até a quantia de um terço do valor da mercadoria, mediante uma comissão de 3% sobre o valor total, além do que fica estipulado nos artigos antecedentes, tendo a faculdade de vender a fazenda sobre que se fizer a antecipação na melhor forma possível para o bem do proprietário, dentro de um mês da data da antecipação. No caso de artigos não-perecíveis, quando for vantajoso esperar, o proprietário pagará mais 1/2% ao mês de juro mercantil pela quantia antecipada até o final da liquidação, cuja quantia só recolherão depois da fazenda recolhida e conferida nos seus armazéns" (Gorenstein, 1978:48).

de arrobas de café, cuja eventual exportação para a Corte dependeria, talvez, até mesmo da utilização – sem dúvida remunerada – da tropa de muares do proprietário de maiores cabedais. É, ademais, bem possível que este último detivesse também a propriedade da terra, a mesma terra na qual o pequeno agricultor – posseiro – plantava e colhia, “de favor”, suas parcas arrobas da rubiácea.

Uma primeira aproximação à hipótese referida pode ser efetuada tomando-se os preços médios obtidos, a cada ano, na venda do café segundo o número de escravos possuídos pelos cafeicultores. Esses preços são apresentados na tabela 4. Observa-se, para todos os anos, à exceção de 1822, que os preços médios calculados para os não-escravistas foram menores do que os computados para os proprietários de cativos. Mais ainda, considerados apenas os escravistas, verifica-se, para os anos de 1814, 1825, 1828 e 1829, que os preços médios do café vendido crescem à medida que aumenta a faixa de tamanho dos plantéis. Estas diferenciações, cabe salientar, mostram-se estatisticamente significantes apenas para os dois últimos anos sob estudo.²⁰

As diferenças conforme o número de escravos possuídos, que se tornam mais notáveis com a passagem do tempo, atestam também, e sobretudo, o caráter da difusão da lavoura cafeeira em Bananal, marcada pelo direcionamento no sentido de uma agricultura de *plantation*.²¹ Assim, se na década de 1810 não apareciam, como vendedores de café, escravistas detentores de 50 ou mais cativos, tais indivíduos faziam-se sempre presentes na década seguinte. De outra parte, é não menos digno de nota a permanência dos agricultores com menores recursos – ao menos medidos pela propriedade escrava – como participantes do mercado de um gênero exportável. Em 1829, 63 (32%) das 197 transações foram realizadas por não-escravistas.

²⁰ Quando se aplica o teste de análise de variância (Anova) é rejeitada a hipótese de igualdade das médias dos preços do café vendido por não-escravistas e por proprietários consoante as quatro faixas consideradas de tamanho dos plantéis, para os anos de 1822, 1828 e 1829. No caso de 1822, porém, a não-aceitação da hipótese nula decorre do fato de as distribuições dos preços apresentarem variâncias iguais a zero para três dos segmentos computados. Utilizou-se apenas um fator e compararam-se as médias dos preços a um nível de significância de 5%, obtendo-se os seguintes resultados: 1814 – F calculado = 1,18, F crítico = 2,90; 1816 – F calculado = 2,00, F crítico = 3,29; 1822 – F calculado = 11,70, F crítico = 2,43; 1825 – F calculado = 1,81, F crítico = 2,42; 1828 – F calculado = 9,99, F crítico = 2,42; 1829 – F calculado = 9,62, F crítico = 2,42.

²¹ Sobre o caráter dessa disseminação da cafeicultura em Bananal, ver Motta (1990, 1991a e 1991b) e Motta & Nozoe (1994).

Tabela 4
Preços Médios do Café de Acordo com o Número de Escravos
Possuídos pelos Cafeicultores (Bananal, 1814/29; réis por arroba)

Anos	Número de escravos possuídos									
	Zero		1 a 9		10 a 29		30 a 49		50 ou +	
	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio
1814	10	1\$800	20	1\$844	4	2\$200	2	2\$450	—	—
DP		(632,5)		(581,8)		(230,9)		(70,7)		
1816	6*	1\$387	8	1\$895	3	1\$813	2	1\$600	—	—
DP		(383,4)		(471,8)		(201,3)		(0)		
1822	45	5\$200	78	5\$195	18	5\$200	4	5\$100	6	5\$200
DP		(0)		(31,8)		(0)		(115,5)		(0)
1825	61	2\$859	98	2\$878	27	2\$911	6	2\$933	6	3\$000
DP		(123,0)		(145,4)		(169,5)		(206,6)		(219,1)
1828	51*	1\$872	78	2\$292	35	2\$460	5	2\$460	9	2\$774
DP		(669,4)		(506,7)		(407,4)		(456,1)		(445,5)
1829	63	2\$002	85	2\$436	34	2\$535	3	2\$647	12	2\$873
DP		(731,8)		(516,8)		(437,5)		(150,1)		(471,7)

Nº = número de transações; DP = desvio-padrão da distribuição dos preços.

*Excluem-se deste total as vendas de não-escravistas para os quais apenas se informa que “vendeu café na árvore”: por 8\$000 réis, o caso existente em 1816; por 30\$000 réis, o verificado em 1828.

Valem, pois, para os dados aqui arrolados sobre Bananal, as mesmas observações feitas por Costa: “(...) o desenvolvimento da cafeicultura abriu oportunidades aos dois segmentos sócio-econômicos (...) (escravistas e não-escravistas) (...), embora os maiores beneficiados tenham sido, justamente, os proprietários de cativos. (...) os não-proprietários eram partícipes ativos do mundo produtivo. Faziam-se presentes em todas as culturas, mesmo nas de exportação (...). Suas apoucadas posses, é evidente, limitavam e condicionavam sua presença, a qual, não obstante, não pode ser negada nem deve ser subestimada” (Costa, 1992:99 e 111).²²

²² Uma das qualidades mais expressivas do trabalho em foco trata-se da alentada massa documental que fundamenta as conclusões apresentadas. Além do recurso a exaustivo elenco de fontes secundárias, foram utilizadas como fontes primárias um conjunto de levantamentos censitários realizados nos séculos XVIII e XIX, concernentes a localidades situadas nas

A participação dos não-escravistas no total das transações realizadas com o café em Bananal, todavia, não se traduz em percentuais da mesma ordem de grandeza quando se tomam as quantidades por eles produzidas. Conforme observado por Motta e Nozoe, naquele mesmo ano de 1829, tais indivíduos eram responsáveis por tão-somente 3,2% do total de café produzido na localidade.²³

De forma análoga ao realizado na tabela 4, a tabela 5 apresenta, novamente, para cada um dos anos sob análise, a distribuição do número de vendas de café e dos preços médios obtidos, desta feita de acordo com três faixas de quantidades produzidas. Observando-se a distribuição das transações, evidenciam-se, uma vez mais, o ritmo e a natureza da disseminação da cafeicultura em Bananal. Da segunda para a terceira década do século passado, *pari passu* ao aumento dos casos de comercialização da rubiácea, elevava-se a importância relativa das vendas realizadas pelos domicílios que produziam as maiores quantidades de café. Assim, enquanto nenhuma das transações, em 1814 e 1816, referia-se a quantidades iguais ou superiores a 500 arrobas, elas atingiam já a casa da dezena em 1822 e 1825, duplicando-se em 1828 e 1829.²⁴

A comparação entre os preços médios segundo faixas de quantidades permite inferir, com a exceção de 1822, que tais preços mostraram-se crescentes à medida que se incrementava o volume comercializado.

áreas das capitânicas, depois províncias, de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia; ademais, para o Piauí, Costa serviu-se de fontes primárias representativas de sua população em 1697 e 1762. Em suma, o autor compulsou dezenas de milhares de informações envolvendo milhares de indivíduos em dezenas de localidades existentes no período aludido.

²³ Ver Motta & Nozoe (1994:308). No que concerne aos escravistas, ainda em 1829, as participações correlatas calculadas pelos autores em questão são as seguintes: para os detentores de menos de 10 cativos, 15,5%; para os proprietários de 10 ou mais escravos, 81,3%. Para esses mesmos dois segmentos, as participações no total de transações, consoante os informes da tabela 2, atingiam as cifras de, respectivamente, 43,1 e 24,9%.

²⁴ Vários estudos indicaram ter a introdução da cafeicultura ocorrido com base em pequenos agricultores, não-proprietários de cativos e/ou pequenos escravistas, os quais apenas posteriormente partilharam com os grandes proprietários o cultivo da rubiácea. Entre tais trabalhos, destacam-se o pioneiro estudo de Lucila Herrmann sobre Guaratinguetá (1986:57), Marcílio (1974:186-7), Motta (1990:165) e Costa (1992:99).

Essas diferenças, observáveis a partir dos valores absolutos fornecidos na tabela 5, foram corroboradas estatisticamente para todos os anos contemplados neste estudo, exceto 1816.²⁵

Tabela 5
Preços Médios do Café de Acordo com as Quantidades Vendidas
pelos Cafeicultores (Bananal, 1814/29; réis por arroba)

Anos	Quantidades vendidas, em arrobas					
	Menos de 100		De 100 a 499		500 ou mais	
	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio
1814	33	1\$857	4	2\$425	—	—
DP		(570,2)		(50,0)		
1816	14	1\$609	5	1\$920	—	—
DP		(440,2)		(334,7)		
1822	114	5\$198	26	5\$192	11	5\$164
DP		(18,7)		(39,2)		(80,9)
1825	138	2\$867	50	2\$900	10	3\$000
DP		(133,1)		(162,9)		(210,8)
1828	103	2\$053	55	2\$414	20	2\$672
DP		(634,7)		(410,2)		(375,7)
1829	121	2\$192	55	2\$531	21	2\$732
DP		(678,1)		(427,9)		(445,2)

Nº = número de transações; DP = desvio-padrão da distribuição dos preços.

Percebe-se, pois, que as observações feitas a partir dos informes fornecidos na tabela 5 ratificam em grande medida os comentários que acompanharam a tabela 4. Isto se deve, inclusive, à alta correlação que se verifica entre o número de escravos possuídos e a quantidade comercializada de café.²⁶ Tal

²⁵ Para 1814 e 1816, procedeu-se ao teste *t* (unicaudal a direita, nível de significância de 5%), obtendo-se os seguintes resultados: 1814 - *t* calculado = 1,97, *t* crítico = 1,69; 1816 - *t* calculado = 1,43, *t* crítico = 1,73. Para os demais anos foi realizado o teste Anova, utilizando-se apenas um fator e comparando-se as médias dos preços a um nível de significância de 5%, com o que se obtiveram os seguintes resultados: 1822 - *F* calculado = 6,29, *F* crítico = 3,06; 1825 - *F* calculado = 4,44, *F* crítico = 3,04; 1828 - *F* calculado = 14,89, *F* crítico = 3,05; 1829 - *F* calculado = 11,07, *F* crítico = 3,04.

²⁶ Para os anos finais do período considerado, os índices de correlação entre essas duas variáveis alcançaram-se a 0,83 em 1828 e a 0,84 em 1829.

correlação é visualizada mediante a distribuição dos domicílios que venderam café segundo as duas variáveis aludidas, apresentada na tabela 6. Todos os não-escravistas em 1829, e 50 dos 51 que venderam café em 1828, comercializaram quantidades inferiores a 100 arrobas.²⁷ No extremo oposto, todos os proprietários de plantéis formados por 50 ou mais cativos, em 1828 e 1829, transacionaram quantidades iguais ou superiores a 500 arrobas de café.

Tabela 6
Distribuição dos Domicílios que Comercializaram o Café Segundo o Número de Escravos Possuídos e de Acordo com as Quantidades Vendidas pelos Cafeicultores (Bananal, 1828/29)

FTP	Quantidades vendidas, em arrobas			
	Menos de 100	De 100 a 499	500 ou mais	Total
• 1828				
Zero	50	1	—	51
1-9	47	31	—	78
10-29	6	22	7	35
30-49	—	1	4	5
50 ou +	—	—	8	8
Total	103	55	19	177
• 1829				
Zero	63	—	—	63
1-9	54	31	—	85
10-29	4	23	7	34
30-49	—	1	2	3
50 ou +	—	—	12	12
Total	121	55	21	197

FTP = faixa de tamanho dos plantéis.

O efeito das duas variáveis em foco sobre os preços médios do café transacionado foi até aqui considerado – nas tabelas 4 e 5 – sem que se isolasse tal efeito daquele proveniente da variável “destino dado à produção”. Uma tentativa de lidar com essa questão é encetada a partir dos dados fornecidos nas tabelas 7 e 8. Nelas se apresentam, para 1828 e 1829, os preços

²⁷ O único cafeicultor não-proprietário de escravos a compor a segunda das faixas de quantidades produzidas, em 1828, é Gabriel Alves de Araújo, que colheu 100 arrobas de café e as vendeu para o Rio de Janeiro.

médios exclusivamente do café exportado, quer para a Corte quer para a Ilha Grande/Mangaratiba, de acordo com o número de cativos possuídos pelos cafeicultores (tabela 7) e segundo as quantidades por eles transacionadas (tabela 8). Evita-se, dessa forma, o viés acarretado pela concentração das vendas “na terra”, realizadas – como visto na seção anterior deste artigo – a preços inferiores, nas menores faixas de tamanho dos plantéis e no estrato atinente às menores quantidades exportadas.²⁸

Tabela 7

Preços Médios do Café Exportado de Acordo com o Número de Escravos Possuídos pelos Cafeicultores e Segundo o Local de Destino da Exportação (Bananal, 1828/29; réis por arroba)

Ano/ Destino	Número de escravos possuídos									
	Zero		1 a 9		10 a 29		30 a 49		50 ou +	
	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio
●1828										
Rio	13	2\$062	46	2\$373	26	2\$529	5	2\$460	7	2\$787
DP		(658,1)		(469,6)		(334,2)		(407,9)		(466,7)
Ilha Grande	21	2\$318	28	2\$326*	8	2\$420	—	—	2	2\$730
DP		(373,0)		(365,3)		(243,1)				(170,0)
●1829										
Rio	11	2\$611	31	2\$588	18	2\$610	2	2\$650	10	2\$864
DP		(388,6)		(340,0)		(299,7)		(150,0)		(493,9)
Ilha Grande	23	2\$545	33	2\$632	9	2\$702	1	2\$640	2	2\$920
DP		(331,0)		(260,8)		(315,5)		(0)		(40,0)

Nº = número de transações; DP = desvio-padrão da distribuição dos preços.

*Inclui uma venda para Mangaratiba.

Observando-se a tabela 7, percebe-se, antes do mais, que a maior parte das transações destinadas para fora da localidade e envolvendo os escravistas bananalenses detentores dos maiores plantéis direcionava-se para a Corte do

²⁸ Restringe-se, nas tabelas 7 e 8, aos dois anos para os quais foi maior o número de transações visando à exportação.

Rio de Janeiro. Inversamente, os não-proprietários de cativos, e mesmo os possuidores dos menores plantéis em 1829, remetiam com maior frequência seu café para a Ilha Grande. Analogamente, conforme a tabela 8, os cafeicultores que exportavam 100 ou mais arrobas da rubiácea enviavam seu produto preferentemente para a Corte; já aqueles cujas vendas correspondiam a quantidades menores do que 100 arrobas demandavam amiúde o mercado da Ilha Grande.

Tomando-se, ainda com base na tabela 7, os preços médios das exportações de café, verifica-se que, não obstante tais preços apresentarem-se, em linhas gerais, crescentes à medida que aumenta o número de escravos possuídos pelos cafeicultores, as diferenciações não se percebem com grande nitidez. De fato, apenas nas vendas para o Rio em 1828, as discrepâncias entre os preços médios segundo faixas de tamanho dos plantéis de escravos apresentaram significância estatística. Em 1829, o preço médio obtido com a exportação para o Rio pelos não-escravistas, embora inferior em termos absolutos, não se distinguia estatisticamente do alcançado pelos cafeicultores que possuíam escravos. As vendas para a Ilha Grande/Mangaratiba igualmente ocorriam a preços médios que não se diferenciavam estatisticamente segundo o tamanho da propriedade escrava, seja em 1828, seja em 1829.²⁹ Mantêm-se as mesmas inferências quando se volta a atenção para os informes constantes da tabela 8. Assim, os preços médios obtidos nas vendas para o Rio e para a Ilha Grande/Mangaratiba, tomados em seus valores absolutos, apresentavam-se, regra geral, crescentes à medida que se elevavam as quantidades transacionadas. Todavia, apenas no caso das exportações para o Rio em 1828 tais distinções mostraram-se estatisticamente significantes.³⁰

²⁹ Quando se aplica o teste de análise de variância (Anova) é rejeitada a hipótese de igualdade das médias dos preços do café vendido por não-escravistas e por proprietários consoante duas faixas de tamanho dos plantéis (de um a nove e 10 ou mais escravos), para o ano de 1828/destino Rio; nos demais casos, a hipótese é aceita. Utilizou-se apenas um fator e compararam-se as médias dos preços a um nível de significância de 5%, obtendo-se os seguintes resultados: 1828/destino Rio - F calculado = 5,65, F crítico = 3,09; 1828/destino Ilha Grande/Mangaratiba - F calculado = 0,81, F crítico = 3,16; 1829/destino Rio - F calculado = 0,68, F crítico = 3,13; 1829/destino Ilha Grande - F calculado = 1,63, F crítico = 3,14.

³⁰ O teste de análise de variância (Anova), efetuado a um nível de significância de 5%, produziu os seguintes resultados: 1828/destino Rio F - calculado = 5,49, F crítico = 3,09; 1828/destino Ilha Grande/Mangaratiba - F calculado = 0,72, F crítico = 3,16; 1829/destino Rio F - calculado = 0,76, F crítico = 3,13; 1829/destino Ilha Grande - F calculado = 2,41, F crítico = 3,14.

Tabela 8

Preços Médios do Café Exportado de Acordo com as Quantidades Vendidas pelos Cafeicultores e Segundo o Local de Destino da Exportação
(Bananal, 1828/29, réis por arroba)

Anos	Quantidades vendidas, em arrobas					
	Menos de 100		De 100 a 499		500 ou mais	
	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio	Nº	Preço médio
• 1828						
Rio	39	2\$243	42	2\$448	16	2\$702
DP		(532,1)		(439,3)		(386,3)
Ilha Grande	42	2\$345	13	2\$303*	4	2\$550
DP		(389,5)		(243,9)		(235,2)
• 1829						
Rio	29	2\$597	28	2\$622	15	2\$741
DP		(356,3)		(314,3)		(468,7)
Ilha Grande	50	2\$579	13	2\$691	5	2\$852
DP		(308,3)		(249,3)		(110,0)

Nº = número de transações; DP = desvio-padrão da distribuição dos preços.

*Inclui uma venda para Mangaratiba.

4. Considerações Finais

Este artigo dedicou-se à análise dos diferenciais de preços observados nas vendas de café realizadas, em vários anos do período de 1814 a 1829, por produtores da rubiácea radicados na localidade de Bananal, no vale do Paraíba paulista. Observou-se, de início, a existência de diferenças nos preços do café conforme os distintos locais de venda, os quais, nas transações aqui examinadas, eram o Rio de Janeiro, a Ilha Grande, Mangaratiba e a própria localidade produtora (as vendas “na terra”). Tais diferenças, em especial as computadas entre os preços de exportação e os praticados “na terra”, tornaram-se mais expressivas na terceira década do século passado, comparativamente ao verificado nos anos 1810.

Esse alargamento dos diferenciais de preços, ademais, ocorreu simultaneamente à perda de importância relativa das vendas concretizadas na localidade produtora. Manifestava-se, assim, o pano de fundo desses movimentos de preços, marcado pela difusão da lavoura de exportação, cuja produção tenderia, com o tempo, a ser amplamente dominada pelos cafeicultores de maior porte. Dessa forma, verificou-se a ocorrência de preços médios em geral maiores nos casos do café vendido para o Rio ou para a Ilha Grande/Mangaratiba em relação ao comercializado “na terra”. Observou-se, outrossim, tanto no caso dos cafeicultores que detinham contingentes de escravos numericamente mais expressivos quanto no dos produtores de grandes quantidades da rubiácea – atributos que, cabe salientar, apresentavam-se altamente correlacionados –, o predomínio absoluto das transações para exportação, em especial daquelas cujo destino era o município da Corte.

Em outras palavras, os cafeicultores possuidores de maiores cabedais apresentavam-se mais suscetíveis aos retornos líquidos superiores decorrentes da exportação do café. De fato, ao que tudo indica, tais indivíduos alocavam – inclusive porque os tinham – seus recursos de mão-de-obra escrava, terra e capital – ou pelo menos parte deles – no sentido de traduzir os estímulos do mercado em maiores montantes do produto a serem ofertados. Esses volumes mais expressivos de café, resultantes da possibilidade posta exatamente por acumularem maiores recursos – na própria atividade ou fora dela, na própria localidade ou algures –, refletiam-se, também, mediante a utilização dos benefícios advindos da rentabilidade diferencial da exportação cafeeira, na possibilidade de reprodução ampliada de sua lavoura, pela reinversão dos ganhos auferidos.

Entre os cafeicultores de menor porte, os não-proprietários de cativos eram os responsáveis pela maior parte das vendas efetuadas na própria localidade. Não obstante, a maioria deles conseguia exportar o café produzido. Por outro lado, se é certo que as vendas “na terra” invariavelmente envolviam as menores quantidades comercializadas de café, não é menos certo que a maioria das vendas de menores quantidades da rubiácea eram direcionadas para fora da localidade. Provavelmente, esses agricultores com menores cabedais desfrutavam de menores facilidades relativas de acesso ao mercado de exportação, ainda que não se defrontassem com barreiras absolutas à sua participação nesse mesmo mercado. Ao que tudo indica, nem sempre a exportação era a alternativa por eles escolhida. Para muitos deles, é possível que a lavoura co-

mercilizável constituísse um item marginal no leque de cultivos e/ou demais atividades encetadas; à medida que apartados de uma produção de mercadorias, ver-se-iam menos suscetíveis ao fascínio do ganho mais elevado gerado nas exportações. Eventualmente, volumes mais expressivos em termos da produção da rubiácea significavam ganhos de escala no que respeita aos custos de transporte; isto é, poderia ser mais oneroso para o pequeno produtor enviar seu café para o Rio de Janeiro, ainda que ele estivesse ciente de que o preço passível de ser auferido na Corte era superior ao que poderia ser obtido com a venda “na terra”. Vale dizer, ainda que vários entre os agricultores de menor porte se vissem sensibilizados pelos aludidos retornos líquidos mais elevados oriundos da venda do café para fora da localidade, sua capacidade de resposta aos sinais emitidos pelo mercado, pensada em termos individuais, ver-se-ia evidentemente adstrita ao tamanho de suas posses. É possível, inclusive, avançar a sugestão de que duas das variáveis consideradas neste artigo (tamanho dos plantéis de escravos e volume da produção cafeeira) poderiam ser entendidas como *proxy* do nível de informação possuído pelos cafeicultores acerca das condições vigentes no mercado “maior” representado pela Corte.

Ao que parece, portanto, ao passo que se experimentava a disseminação da cafeicultura na região vale-paraibana paulista, estabelecia-se – de maneira imbricada com aquela disseminação – um processo de diferenciação dos cafeicultores por meio da comercialização, processo este que tendia a apresentar-se mais agudo ao final da terceira década do século XIX. As diferenças de preços favorecendo as exportações de café, aliadas ao predomínio, no mercado de exportação, dos maiores proprietários de cativos e dos grandes cafeicultores, corroboram a ocorrência de um processo de concentração da renda, fundado essencialmente na lavoura cafeeira e alimentado pelas possibilidades diferenciais de reinversão de recursos na atividade. Além de serem privilegiados por terem um grande contingente de mão-de-obra cativa e produzirem grandes quantidades de café – e em boa medida por isso mesmo –, tais cafeicultores vinculavam-se com maior intensidade ao mercado no qual se verificavam os melhores preços e, no limite, tinham melhores condições de auferir preços superiores aos demais.

Em suma, o estudo dos preços e de seus diferenciais, para o qual se avançou uma primeira aproximação neste artigo, possibilita um melhor entendimento dos processos de comercialização e, por esta via, auxilia na compreensão dos distintos padrões assumidos pelo processo de acumulação para os diferentes segmentos de produtores.

Referências Bibliográficas

- Castro, F. A. Veiga de. Um fazendeiro do século passado. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Sociedade de Sociologia, 10(97):35-44, jul./ago. 1944.
- Coelho, Lucinda C. de Mello. *Ensaio sócio-econômico de áreas vale-paraibanas*. Rio de Janeiro, Asa Artes Gráficas, 1984.
- Costa, Iraci del Nero da. *Arráia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo, MGSP, 1992.
- Gorenstein, Riva. O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil: 1808-1822. São Paulo, FFLCH/USP, 1978. (Dissertação de Mestrado.)
- Herrmann, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. Ed. fac-similada. São Paulo, IPE-USP, 1986.
- Johnson Jr., Harold B. Money and prices in Rio de Janeiro (1760-1820). In: Colloques Internationaux du CNRS. *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, CNRS, 1973.
- Lobo, Eulália M. L. Evolução dos preços e padrão de vida no Rio de Janeiro 1820-1930. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV, 25(4):235-65, out./dez. 1971.
- Marcílio, Maria Luíza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836). São Paulo, FFLCH-USP, 1974. mimeog. (Tese de Livre-Docência.)
- Marcondes, Renato Leite. Desenvolvimento da produção e o comportamento dos preços na constituição da economia cafeeira lorenense (1797-1829). São Paulo, FEA-USP, 1992. mimeog.
- Mattoso, Katia de Queirós. Os preços na Bahia de 1750 a 1930. In: Colloques Internationaux du CNRS. *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, CNRS, 1973. p. 167-82.
- Motta, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 5(1):71-101, jan./jun. 1988.
- _____. Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo, FEA-USP, 1990. mimeog. (Tese de Doutorado.)

_____. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*, 21(3):409-34, set./dez. 1991a.

_____. O trabalho livre e a gênese da cafeicultura paulista. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 2. *Anais*. São Paulo, Abet/FEA-USP, 1991b. p. 363-71.

_____ & Nozoe, Nelson. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, 24(2):253-320, maio/ago. 1994.

Motta Sobrinho, Alves. *A civilização do café (1820-1920)*. 2 ed. rev. São Paulo, Brasiliense, 1968.

O Jornal. O mecanismo do comércio de café no mercado do Rio de Janeiro, antes e depois da queda do Império. In: Departamento Nacional do Café. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1934. v. 2, p. 543-4.

Queiroz, Carlota Pereira de. *Vida e morte de um capitão-mor*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1969.

Rangel, Armênio de Souza. Escravismo e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835). São Paulo, FEA-USP, 1990. mimeog. (Tese de Doutorado.)

Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

Silveira, Carlos da. Guaratinguetá de 111 anos atrás. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Sociedade de Sociologia, 3(30):91-118, dez. 1936.

Taunay, Affonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1939. v. 2, t. 2.

Telles, Antônio de Queiroz. Sistemas adotados pelos fazendeiros de S. Paulo na venda do café. In: Departamento Nacional do Café. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1934. v. 2, p. 465-8.

Werneck, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Pati do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasília, Senado Federal, 1985.

Whately, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.